
Agência Amazônia Real e o protagonismo da região norte do Brasil¹

Ingrid Gomes BASSI²

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Pará, PA

RESUMO

O artigo reflete a proposta da Agência Amazônia Real na cobertura jornalística sobre o contexto amazônico. Partimos da problematização do uso das fontes locais como os principais alicerces jornalísticos para resgatar tais inclusões narrativas, permitindo o protagonismo desses agentes – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, lideranças locais e outros, como direito de existirem em suas alteridades no âmbito dos meios de comunicação. Para isso analisamos o conteúdo jornalístico entre o final do mês de janeiro e início de fevereiro de 2021, das editorias de meio ambiente, povos indígenas e questão agrária a partir das metodologias de análise de conteúdo e hermenêutica de profundidade, com o objetivo de discutir os resultados encontrados. Os desdobramentos das vozes primárias, nesse corpus de análise, indicam uma política comunicativa pela agência alinhada com uma proposta de cultura de mídia inclusiva e construtiva na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Agência Amazônia Real; Mídia inclusiva; Análise de Conteúdo; Hermenêutica de Profundidade; Contexto Amazônico.

INTRODUÇÃO

No artigo analisamos o uso das “fontes” – entrevistas e pesquisas (LAGE, 2001) pela Agência de jornalismo Amazônia Real disponível em: www.amazoniareal.com.br, entre o período de 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 2021, das editorias de meio ambiente, povos indígenas e questão agrária, a partir do referencial metodológico da hermenêutica de profundidade e análise de conteúdo. As datas de análise e reflexão foram demarcadas em razão do aumento de casos de Covid-19 na região norte, em especial, nos estados do Amazonas e Acre nesse período (SECRETARIA, 2021). Assim, de acordo com essa justificativa, partimos da observação exploratória que há mais conteúdos jornalísticos para estudo, na Agência Amazônia Real, em razão da cobertura noticiosa na macrorregião amazônica nesse período selecionado.

Em paralelo, como referencial teórico o artigo dialoga os resultados da pesquisa, dessa cobertura jornalística sobre o contexto amazônico, com os conceitos de direito de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação Social (Umesp), Professora Adjunta na Facom (Unifesspa), ingrid.bassi@unifesspa.edu.br.

ser (FROMM, 1976) e as narrativas de inclusão (BASSI, 2020) problematizando o uso das fontes primárias como os principais alicerces jornalísticos para resgatar tais inclusões narrativas, permitindo o protagonismo desses agentes – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, lideranças locais e outros, como direito de existirem em suas alteridades no âmbito das visibilidades comunicativas.

Para analisarmos essa problemática, as editorias de meio ambiente, povos indígenas e questão agrária são essenciais para a formação do corpus de análise, em especial por centrarem nas narrativas e histórias por meio de depoimentos, pesquisas e entrevistas dos atores sociais que são originários desse espaço ou podem se expressar a partir deles, como interlocutores credíveis, por exemplo: membros de associações, sindicatos, lideranças, instituições de proteção entre outros. Neste artigo é definido as editorias meio ambiente, povos indígenas e questão agrária por identificar nelas temas mais específicos da região, e que não são comuns como editorias em veículos tradicionais.

Outro contexto importante, é contextualizar a história da agência de notícias Amazônia Real. Ela apresenta-se como de natureza econômica independente e é uma organização sem fins lucrativos. Tem como apoios financeiros projetos, parcerias e institutos que visem a responsabilidade socioambiental da região amazônica, em atuação mantém apoios com a Fundação Ford e, recentemente, com a Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA), além de outras entidades e ações parceiras emergentes. A produção da plataforma e execução de conteúdos jornalísticos, foi iniciada em outubro de 2013. A sede da Agência fica em Manaus, no estado do Amazonas (AGÊNCIA, 2021).

Em entrevista, a jornalista Elaíze Farias, explica que o jornalismo sistematizado pela Agência propõem pautas sobre a questão ambiental, bem como oportuniza temáticas como justiça social, populações tradicionais (povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, etc) e desigualdades sociais causadas pelas ameaças ao meio ambiente, muitas vezes, trazidas por mega empreendimentos, dentre eles: “[...] agronegócio, mineração, rodovias, hidrelétricas, impactos das emergências climáticas nas populações amazônicas, etc. Apresentamos nas reportagens uma visão mais diversificada e complexa sobre as relações ambientais e sociais das populações locais e regionais e suas escolhas de vida”. (BASSI, 2020, p.03). Para isso, contam com apoio financeiro de doações e fundações nacionais/internacionais, para manterem-se economicamente viáveis e sustentáveis.

Como referencial teórico usamos os conceitos de direito de ser (FROMM, 1976) e as narrativas de inclusão (BASSI, 2020). Em trabalhos anteriores, de pesquisa sobre a

proposta jornalística desenvolvida pela Agência Amazônia Real (BASSI, 2020), a pesquisadora deste artigo descreve a cobertura noticiosa na editoria de meio ambiente, pela Agência, como inclusiva e prospectiva no debate de temas socioambientais caros e importantes para a proteção do ecossistema na Amazônia. Outro resultado identificado nos estudos (BASSI, 2020) é a profundidade do texto jornalístico da Agência, trazendo fontes de especialistas e contextos históricos determinantes sobre a região no entendimento sobre os sujeitos históricos que vivem nos locais reportados, com o cuidado humano inclusivo desses sujeitos, e ao mesmo tempo, apresentando informações impactantes sobre os confrontos político econômicos e as injustiças denunciadas pelo local de fala desses sujeitos ativos, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros grupos sociais historicamente silenciados (BASSI, 2020).

Em complemento a essa perspectiva de sujeito ativo, o autor (FROMM, 1976) propõe o retorno dos sujeitos ao modo do “ser”, em que o ser humano consegue pela sua trajetória sociocultural ligar-se intrinsecamente com os valores verdadeiramente humanos. Nesse sentido, Fromm (1976) identifica a necessidade de a humanidade distanciar-se da visão de “ter”, para que haja uma saída salutar ao “modo de ser”, ser no sentido de completo e pleno, em suas afirmações de vida e com a vida, inclusive a conexão do humano com o ecossistema e todas as formas de vida. Por meio dessa visão em ser, o sujeito ativo passaria a reivindicação ao direito de ser, como mudança intencional e assertada para a melhor convivência no mundo contemporâneo.

1. METODOLOGIA

Para maior contextualização sobre a ação jornalística das editorias citadas, na Agência Amazônia Real, definimos como métodos de análise a hermenêutica em profundidade (THOMPSON, 2011) e a análise de conteúdo, com o conceito-categoria, de fontes (LAGE, 2001).

Como proposta para à análise, definimos os estudos da hermenêutica de profundidade, em que o autor Thompson divide o procedimento em três fases principais: 1- análise sócio histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação. (2011, p.365).

No entendimento da análise sócio história é definido subdivisões para maior singularização do local e representação socioambiental do objeto em análise. Thompson (2011, p.366-367) descreve que há primeiro as situações espaço temporais em que as

formas simbólicas são produzidas e recebidas, assim como existem campos de interação em que essas formas simbólicas estão inseridas. Nesse sentido, esses campos de interação, como subcategorias, compreendem espaços, universos únicos em que se observa a ação e posicionamento de trajetórias, cujo movimento gera algumas das relações entre pessoas e provoca propostas entre elas (THOMPSON, 2011, p.366).

A terceira subcategoria da análise sócio histórica são as instituições sociais, as quais, segundo a teoria de Thompson (2011, p.367), são constituídas por recursos e padrões mais fixos e marcam as relações sociais inseridas em seu movimento interno. Na sequência da análise, há as estruturas sociais. Thompson identifica nessas estruturas assimetrias e diferenças relativamente estáveis, que caracterizam as instituições sociais e também os campos de interação.

Na última subcategoria, da análise sócio história, define-se os meios técnicos de transmissão, os quais são mediações em que as formas simbólicas e mensagens chegam ao destino para as quais foram produzidas, como esclarece Thompson (2011, p.368). No exemplo desta análise são 15 reportagens, entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 2021.

Nessa primeira etapa de análise visualizamos como situações espaço temporais, o ambiente em que socialmente a Agência pertence, o território em que envolve a Amazônia Legal, o qual inclui os estados brasileiros: Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Roraima, Pará e Acre. Como estados/geográfico e também espaço de representação socioeconômica, as situações espaço temporais ainda abrangem denúncias e interrogações, propondo narrativas preocupadas com a exploração ambiental na Amazônia e entorno. Outra crítica da Agência, alinhada a essas situações, é a visibilidade dos desdobramentos sobre a exploração do território amazônico e a desigualdade potencializada a partir dos conflitos advindos dessas explorações.

Já na proposta de campos de interação, é verificada a partir das visibilizações temáticas pela Agência, como as denúncias e investigações apresentadas colaboram na ação e prática de enfrentamento factual contra injustiças (por vezes naturalizadas) sofridas pelos povos da Amazônia. As relações com empresas, as quais empreendem na região citada, muitas vezes agem de forma criminosa, assim como existe a relação de confronto com estâncias do governo que, em algumas reportagens, colaboram com facilitações jurídicas para pessoas jurídicas, empresários, políticos e outros, em detrimento de executarem seu papel como Estado garantidor da justiça e da proteção ao meio ambiente e minorias vulneráveis. As reportagens também provocam à crítica por meio das fontes

testemunhais, oficiais/primárias e experts, como àquelas comumente silenciadas e/ou problematizadas de forma estereotipada em meios de grande circulação no país.

As instituições sociais carregam a construção de imaginários sociais sobre meio ambiente, povos indígenas e questão agrária, a partir da ideia socioambiental de luta, resistência, denunciando e trazendo investigações de subtemas nas reportagens, explorando silenciamentos políticos, conflitos de território, poder cultural de minorias tradicionais, preservação de ecossistemas, e direito e memória dos povos originários nesse cenário da segunda onda da Covid-19 na região norte do país.

Nas relações sociais, as fontes de pesquisa, como: testemunhal, oficial, primária, secundária, expert e oficiosa, em sua maioria resgatam os sujeitos e suas identidades no local, além de agirem a partir da definição de enfrentamento político e jurídico, quando necessário, com as relações dos agentes/poder como: governo (e dados correlacionados), órgãos de fiscalização, capital financeiro, intercambiadores de produção, empresas, comércio, outros agenciadores, consumidores e patrocinadores.

As estruturas sociais, estão ancoradas na contra lógica da macroestrutura social de exploração socioambiental em prol de uma falsa ideia de desenvolvimento na região, na afirmativa de dizerem que vão contribuir na geração de empregos, na implantação de saneamento básico, na exploração de capital local com indústrias e outras promessas instituídas. As reportagens se contrapõem a essa ideia normatiza desse desenvolvimento como melhoria local, bem como do entendimento da exploração local de territórios já ocupados, por etnias, cultura e modos de vida tradicionais. A Agência também traz conteúdo aprofundado sobre esses temas pouco pautados pelos veículos tradicionais de comunicação.

Na segunda etapa foi definida a análise de conteúdo (KRIPPENDORFF, 1990; como análise formal (THOMPSON, 2011, p.365) da hermenêutica de profundidade. Pois, como método a Análise de conteúdo possibilita organizar, compreender, categorizar, inferir e explicar objetivamente o estudo e a investigação. Segundo Klaus Krippendorff, o método se divide em cinco procedimentos básicos: “[...] os dados, tal como se comunicam o analista; o contexto dos dados; a forma pela qual o conhecimento do analista o obriga a dividir e explicar sua realidade; o objetivo da análise de conteúdo; a inferência como tarefa intelectual básica e a validade como critério de eficiência” (KRIPPENDORFF, 1990, p.36, tradução da autora). Na análise de conteúdo, foi determinado como corpus de estudo, as 15 reportagens já as unidades de registro – que

são as partes importantes de uma unidade de amostragem – foram as fontes (LAGE, 2001). Nessa lógica de codificação definiram-se as categorias de análise.

As fontes, como categorias, são importantes para se produzir o material informativo no jornalismo, que é o carro chefe do dia a dia da profissão. Nilson Lage (2001) divide as fontes em: primária, secundária, testemunhal, *expert* (especialista), oficial, oficiosa e independente. A primária é quando a partir da fonte se origina o fato gerador de interesse – que é o tema que determinará o interesse pelo fato se tornar um fato jornalístico. No caso de uma notícia sobre a exploração de novas formas de agricultura no semiárido brasileiro, a fonte primária seria os agricultores que estão explorando essa nova forma de economia e de subsistência (para colher o essencial de uma matéria), a fonte secundária já seria conteúdo complementar a essa informação, por exemplo estudos correlacionados ao tema.

A fonte testemunhal é aquela que participa ou assiste a um evento, que se tornará fato gerador de interesse para a cobertura jornalística, e a do *expert* deriva da opinião de um especialista sobre o fato gerador de interessante. Por exemplo, diante de uma enchente num mercado municipal, a fonte testemunhal serão as pessoas que estavam passando pelo local e foram levadas pela força das águas, ou que simplesmente sofreram com a tragédia, como os comerciantes e vendedores. A fonte *expert*/especialista nesse caso poderia ser um urbanista para comentar sobre a construção do mercado, ou mesmo, um profissional na área de geografia e meteorologia, para falar do clima e das mudanças climáticas na área urbana. Um exemplo de fonte oficial nesse caso poderia ser os bombeiros, que fizeram o resgate das pessoas envolvidas. Além dos bombeiros todos os seguimentos públicos ligados à órgãos governamentais (do Estado) representam fonte oficial, assim como empresas, associações, entidade de classe, instituições e membros desses grupos que têm permissão de falarem pelos órgãos onde trabalham. Já a fonte oficiosa seria aquela que é reconhecidamente ligada a uma instituição, entidade (ou a um indivíduo), mas que não a representa, e nem está apto a falar em nome dela/e. E a fonte independente “[...] são aquelas desvinculadas de uma relação ou interesse específico em cada caso”. (LAGE, 2001, p.63). No caso da fonte independente, assim como já alertava Lage (2001, p.63), é pouco encontrada e, atualmente, verificamos o desuso nas notícias e reportagens, em razão do expressivo interesse de cada fonte e depoimento na produção noticiosa.

Exposto, então, a análise de conteúdo como método da análise formal ou discursiva, retoma-se à interpretação e reinterpretação, como último procedimento da hermenêutica em profundidade, na discussão das análises.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram analisadas 15 reportagens, entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 2021, da Agência Amazônia Real. Das editorias definidas, foram duas reportagens de Meio Ambiente, 11 da editoria Povos Indígenas e duas sobre a Questão Agrária.

Na Editoria Meio Ambiente observam-se duas reportagens: 1- “Terremoto atinge Guiana e tem reflexos em Boa Vista e Manaus”, escrita pelo jornalista Leanderson Lima e 2- “STF suspende ações do tombamento do Encontro das Águas”, escrita pelos jornalistas Leanderson Lima e Elaíze Farias. Na primeira reportagem, fala-se do impacto do terremoto de magnitude 5,7 ocorrido em Lethen, no sul da Guiana, o qual foi sentido em Boa Vista, a 113 quilômetros do epicentro no país vizinho, e até mesmo em Manaus, que fica a mais de 800 quilômetros da capital de Roraima. O texto traz em 18 parágrafos e três imagens (uma fotografia e outras duas reproduções de mapas geolocalização) as experiências com o abalo do terremoto, as narrativas de um comerciante de Boa Vista e de quatro moradores da capital amazonense, além de oito fontes oficiais como Corpo de Bombeiros, destas duas especialistas em estudos sismológicos.

Na segunda reportagem, o destaque é para a denúncia sobre os desdobramentos do não tombamento como patrimônio cultural e natural, do Encontro das Águas dos rios Negro e Solimões e o interesse comercial de exploração da região das Águas pela empresa Lajes Logística S/A e outros beneficiados político-econômicos. O texto apresenta nove fontes, uma de *expert* e as outras oito oficiais, sendo destas, três também de *experts*. E com 32 parágrafos e seis imagens fotográficas, a reportagem explica sobre os envolvidos - governos estadual e federal, Ministério Público Federal, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), empresa Lajes Logística S/A e o movimento social SOS Encontro das Águas. Em específico, o texto traz como notícia inicial a suspensão por 60 dias das ações que questionam e pedem a homologação do tombamento mencionado, pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia.

Então, na editoria de Meio Ambiente, foram encontradas 15 fontes oficiais, cinco testemunhais e uma *expert* de natureza primária. Dessas quinze oficiais, cinco foram

primárias, três primárias/*expert*, quatro secundárias, duas secundárias/*expert* e uma oficial/*expert*.

Na Editoria Povos Indígenas observam-se 11 reportagens: “Caos na pandemia: governo Bolsonaro vai deixar ao menos 380 mil indígenas fora da primeira etapa de imunização”, escrita Steffanie Schmidt, Elaíze Farias e Iris Brasil, ““O Brasil todo é terra indígena, é pindorama. Temos que ser vacinados”, diz Vanuza Kaimbé”, escrito por Maria Fernanda Ribeiro, “Imunização de indígenas tem muitas fotos para poucas vacinas” escrito por Steffanie Schmidt.

Na primeira reportagem, há informações contextualizadas a respeito do dado aproximado de 380 mil indígenas que devem ficar de fora do Plano de vacinação contra a Covid-19 no país, pelas ações governamentais. A justificativa de excluir uma parte dos povos originários, pelo governo, é de que essa população não vive em áreas indígenas aldeadas, ou seja, moram em áreas outras, como locais urbanos ou em território não demarcados. Na reportagem, a jornalista problematiza que esse número não incluso na primeira etapa de vacina, não consta no subsistema de saúde indígena no SUS do Ministério da Saúde, além de trazer fontes complementares que indicam o número de 380 mil estar subestimado, podendo chegar a mais de 1 milhão de pessoas. Para isso traz em 38 parágrafos e seis imagens fotográficas, fontes como os dados do Plano nacional de imunização da Covid-19, o Coletivo Indígenas do Amazonas, indígena do Alto Rio Negro (Amazonas) - do povo Baré, representante da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (APIB), dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Dados do Levantamento da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), primeira indígena vacinada no estado do Amazonas, a auxiliar de enfermagem Vanda Ortega Witoto, de 33 anos, uma liderança indígena e também coordenadora-executiva da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), o Médico sanitário do Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e um indigenista aposentado, como especialista/*expert*.

No segundo texto, há a apresentação de uma entrevista, estilo notícia, com a primeira indígena vacinada contra a Covid-19 em São Paulo, Vanuza Costa Santos. A indígena é da etnia Kaimbé, e atualmente mora em Guarulhos, numa aldeia multiétnica. Com 50 anos, Vanuza expõe em dez respostas à repórter, sua luta como enfermeira e assistente social sobre os cuidados de distanciamento e prevenção à Covid-19 na aldeia.

Explica que também por ser membra do Conselho Municipal de Saúde de Guarulhos foi às autoridades locais e de representação indígena (Fundação Nacional do Índio – Funai e Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai), para tentar proteger sua localidade. A entrevista noticiosa traz quatro fotos, três com a Vanuza e a quarta com três mulheres indígenas em manifestação em Manaus (Amazonas, Brasil), como protesto pelo posicionamento do governo brasileiro de tentar segmentar a vacinação para indígenas, para apenas aqueles que residem no seu local originário, ou seja, excluindo os que moram nas cidades e contexto urbano. Outra reivindicação, do protesto na foto, é a falta de hospitais federais para os indígenas nesse momento agudo da Covid-19 na região do Amazonas.

Nas próximas três reportagens, “Com Covid-19, Guerreiro Aruká Juma está internado em hospital de Humaitá” escrito por Luciene Kaxinawá, “Morte de crianças com suspeita de Covid-19 revela abandono dos Yanomami” escrita por Ana Lucia Montel, “Morre Fernando Katukina, liderança indígena no Acre” escrito por Fabio Pontes, trazem respectivamente texto informativo sobre o estado de saúde de Aruká Juma, descrito como o último guerreiro da etnia Juma, que aos 86 anos, está novamente internado com Covid-19 no Hospital Regional de Humaitá, no sul do Amazonas. No texto, a repórter traz em 25 parágrafos e cinco fotos a crise da doença da Covid-19 na Terra Indígena Juma, que fica no município de Canutama, também no sul do Amazonas. Na sequência, na reportagem de Montel, com 22 parágrafos e quatro fotos, é apresentado a suspeita de Covid-19 ser o fator da morte de nove crianças, entre o primeiro ano de vida, até os cinco anos, das comunidades Waphuta e Kataroa, na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Na reportagem é denunciado a falta de assistência médica e a ausência de vacinação no território. Na próxima reportagem sobre a morte após parada cardíaca do líder indígena e cacique Fernando Rosas Kapi Icho Katukina, na aldeia em Kamanawa, Rio Branco, o repórter Pontes problematiza o texto em 20 parágrafos e cinco fotos, o fato jornalístico de existir contrainformações da morte de Katukina por grupos políticos e representações negacionistas de possíveis efeitos colaterais da vacina contra a Covid-19, da CoronaVac, em que Katukina tomou meses antes do seu falecimento; ação que Katukina realizou inclusive como incentivo da importância de se imunizar para o seu povo Nôke Kôí. Também na reportagem é identificado longo referencial de luta e formação à cultura Nôke Kôí, com depoimentos de especialistas e outras fontes importantes para a reconstituição da memória do líder Katukina.

Nos próximos dois textos noticiosos: “Aruká Juma é transferido de ambulância para UTI em Porto Velho” escrito por Luciene Kaxinawá e Kátia Brasil, “Caos na pandemia: Indígenas viram alvo de fake news antivacina” escrito por Cicero Pedrosa Neto o tema principal ainda fica na questão da crise da Covid-19 na região. Na reportagem das repórteres Kaxinawá e Brasil há a exposição factual dos desdobramentos da complicação de saúde do líder indígena dos Juma, Aruká Juma, apresentados em reportagem de dias anteriores. O texto de 23 parágrafos e três fotos, contextualiza as dificuldades e empenho dos familiares de Aruká para transferi-lo à UTI no hospital em Porto Velho. Na próxima reportagem, do repórter Neto, apresentam-se em 23 parágrafos, três fotos e dois vídeos, o problema da desinformação a respeito sobre a eficiência da vacina contra a Covid-19, em especial pela circulação dessas mentiras sobre a vacina se expressar nas aldeias com o apoio de lideranças indígenas, ora cooptadas por grupo antivacina e ora por política intencionada.

Na reportagem sobre “Indígenas Juruna vivem em risco por megaempreendimentos na Amazônia” escrito por Maria Fernanda Ribeiro e Cicero Pedrosa Neto, o texto relata em 39 parágrafos, cinco fotos e um vídeo o problema socioambiental dos empreendimentos na Amazônia serem aprovados, executados e sistematicamente esquecidos de fiscalização séria por parte do governo e das instâncias de proteção ao indígena, em benefício da atuação de empresários e grupos políticos, em especial, nas terras indígenas dos Juruna.

Nas duas últimas reportagens, da editoria Povos Indígenas: “Sesai diz que Aruká Juma tem melhora no quadro clínico da Covid-19” escrito por Luciene Kaxinawá, “Indígenas isolados que vivem no Peru se refugiam no Brasil” escrito por Fabio Pontes. No primeiro texto, a repórter Kaxinawá traz em 18 parágrafos e cinco fotos o acompanhamento do quadro clínico do guerreiro Aruká Juma, explicando existir uma possível melhora na sua saúde, há no texto também depoimentos de pesquisadores da etnia Juma e indigenistas que tiveram suas histórias cruzadas com a luta de Aruká Juma, memorando no texto a importância do líder Juma e seu reconhecimento para a resistência da cultura indígena no País. Na última reportagem, na editoria Povos Indígenas, Pontes escreve em 36 parágrafos e oito fotos a aproximação de povos isolados, provavelmente os Mashco Piro, indígenas isolados que viviam mais na área do Peru e agora devem estar em terras brasileiras, na região fronteira entre esses países, na localidade da aldeia Extrema, dos índios da etnia Manxineru, no Acre. Na reportagem há fontes de

especialistas explicando as possíveis dificuldades em que esses indígenas estão se deparando, como a invasão de madeireiros, o avanço da construção de estradas e outros empreendimentos em suas terras de origem, e por isso, estão sendo expulsos de suas terras e de suas formas de vida.

Nessa editoria, dos Povos Indígenas, foram encontradas 91 fontes no total, sendo 69 fontes oficiais, 12 testemunhais, seis testemunhais e de natureza secundária, uma testemunhal e oficiosa e três *expert* de natureza primária. Das oficiais, somaram 24 primária e *expert*, 23 secundárias, 20 primárias e duas secundárias e *expert*.

Na Editoria Questão Agrária observam-se duas reportagens: “Reintegração expulsa à força 14 famílias em Boca do Acre, no sul do Amazonas” escrito por Steffanie Schmidt e “Três acusados do assassinato de Nazildo dos Santos seguem soltos” escrito por Joana Zanotto.

Na primeira reportagem denuncia-se de forma contextualizada, o problema das quatorze famílias retiradas violentamente das terras que moravam desde 1970, aproximadamente, na localidade da Gleba Nova Axioma Redenção, área rural que é federal pertencente à União, arrecadada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Essa localidade fica no município de Boca do Acre (AM), e a expulsão das famílias aconteceu na época mais problemática de transmissão da Covid-19 no Amazonas, desde o início em 2020 no país.

O embate das narrativas, de conflito de terras, traz as histórias dos moradores da localidade, inclusive famílias que não tinham suas casas no perímetro do documento de reintegração de posse, mas que por estarem próximas da área, foram desalojadas de suas casas, com omissão dos órgãos representativos da justiça no estado. É apresentada também na reportagem de 46 parágrafos e seis imagens fotográficas, a narrativa dos processos judiciais de reintegração de posse, lógica reivindicada pelo empresário Alysson Pereira de Lima, que também é advogado. Nessa apresentação Lima afirma ser proprietário de uma fazenda localizada dentro da Gleba Nova e por isso consegue a liminar de reintegração de posse.

Vale destacar, que no texto, há a apuração das narrativas de três moradores, professor-especialista na região sobre o tema, e o resgate histórico do problema do conflito de terra nas localidades pela Comissão Pastoral da Terra. No total são dez fontes, sendo seis oficiais (e umas delas também *expert*), três primárias e uma *expert*.

Na segunda reportagem, sobre o assassinato do agricultor e defensor do território quilombola do Turé III, Nazildo dos Santos Brito há 18 parágrafos e quatro imagens fotográficas, e o texto realiza o acompanhamento dos desdobramentos do crime de abril de 2018, ocorrido na estrada de acesso ao assentamento Turé III, no nordeste do Pará. O crime tem como réus os apontados de atirar Marcos Antônio Oliveira Vieira e Raimundo Marcio Pinheiro dos Santos fazendeiro, e como mandante do crime o fazendeiro José Telmo Zani. No texto, o assassinato teria como intenção silenciar um defensor das terras do quilombo, a qual sistematicamente tem sido alvo de ações de desmatamento pelo fazendeiro citado em fins de retirada ilegal de madeiras na região. A reportagem embasa como fontes dados do processo da Justiça do crime, a Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Pará, dois promotores, dados da “Operação Quilombo” da Polícia Civil, dados do Inquérito da Polícia Civil, o Padre José Amaro Lopes de Sousa, atuante nesta questão de conflito de terra na região e o advogado atual do caso, na defesa dos réus. No total são nove fontes oficiais e destas duas também expert.

Somaram-se, na editoria Questão Agrária, 14 fontes oficiais, três testemunhais e uma *expert* de natureza primária. Das fontes oficiais, foram delimitadas cinco secundárias, três primárias, três secundárias e *expert* e outras três oficiais e *expert*.

Do total de fontes das três editorias, foram identificadas 130 fontes, para 15 reportagens. Sendo 98 fontes oficiais, 27 testemunhais e 5 *expert*. Das oficiais, as subdivisões foram: 4 oficiais/*expert*, 32 oficiais/secundárias, 7 oficiais/secundárias/*expert*, 28 oficiais/primárias e 27 oficiais/primárias/*expert*.

Ao trazer os resultados para à discussão, visualiza-se o cuidado jornalístico no texto das reportagens, aprofundando nos temas com fontes oficiais, testemunhais, primárias e experts. O número de reportagens, 15, para 130 fontes dá a média de mais de oito fontes para cada texto jornalístico, característica diferencial dessas reportagens. Como fontes testemunhais destacam-se indígenas, familiares de moradores locais, comerciantes, indígenas e outras populações. Na parte das fontes oficiais o destaque é para membros, conselheiros, representantes de associações, Comissão Pastoral da Terra, Coletivos Indígenas, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Deputada da Frente Parlamentar Indígena no Congresso Nacional, Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (APIB), Federação dos Povos Indígenas, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Casa de Saúde do Índio (Casai), Organização não-governamental Rede Pró-Yanomami e Ye’Kuana, Distrito Sanitário Especial Indígena

(Dsei), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Conselhos locais de representação indígena. Como fontes secundárias identificam-se notas oficiais do governo e secretarias, boletim médicos e documentos, pareceres e outras decisões judiciais. Dos especialistas (*expert*), há médicos sanitaristas, indigenistas, sertanista, pesquisadores e professores universitários.

São identificadas como primárias, todas as fontes em que foram entrevistadas, ou que tiveram algum processo de contato direto da equipe de reportagem com essa fonte ou representação. E as secundárias, as fontes em que esse contato foi por meio indireto da equipe de reportagem, como documentação liberada à imprensa, boletins médicos, site da transparência Brasil, decisões públicas entre outros documentos dessa natureza. Portanto, percebemos 32 fontes de natureza secundária e oficial, assim como 07 secundárias e também oficiais e ao mesmo tempo com o conteúdo advindo de especialistas, como pesquisadores de órgãos públicos e ou institucionais. Já as fontes oficiais e *expert* de natureza primária, foram 04. As fontes de natureza primária e oficiais foram 28. E as oficiais de natureza primária com fala e estudo de especialista/*expert*, somaram 27.

A partir desse embasamento analítico, podemos interpretar e reinterpretar a construção do texto noticioso pela Agência Amazônia Real, nas editorias de Meio Ambiente, Povos Indígenas e Questão Agrária no recorte temporal deste artigo, como proposta inclusiva das narrativas de grupos, representações e comunidades da Amazônia e entorno. Nessa narrativa de inclusão (BASSI, 2020) também identificamos na análise, o direito à visibilidade dessas fontes e histórias de vida. Esse direito a existirem nos textos jornalísticos possibilita à construção sócio-histórica (THOMPSON, 2011), da hermenêutica em profundidade, a reconstituição dessas fontes serem trazidas à memória social seus modos de vida e expressões mais próximas possível do que são, ou seja, é a garantia do direito à ser (FROMM, 1976), serem indígenas, serem moradores de espaços rurais e da floresta, serem indígenas não aldeados, serem moradores de espaços com conflitos deflagrados, inclusive de invasores permanentes, serem moradores das periferias dos centros urbanos e outras formas de ser, que estão em constante movimento cultural e mudança identitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo concluiu que há o comprometimento do jornalismo ético e plural nos textos noticiosos da Agência Amazônia Real, em especial no recorte analisado, ao incluir

as história de vida das fontes primárias e testemunhais, promovendo o meio de comunicação em estudo como preocupado e atendo à uma política comunicativa que esteja alinhada à cidadania aos envolvidos e ao território amazônico e seu entorno. As pautas e fontes entrevistadas, em especial da editoria Povos Indígenas tiveram o espaço de interlocução com o público leitor e a sociedade, por meio da visibilidade inclusiva e do direito de ser oportunizados pela Agência. Como proposta de novos estudos, evidencia-se a investigação das demais editorias da Agência e o cruzamento de dados com o período pós-pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA. Sobre a Amazônia Real. **Amazônia Real**, 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/por-que/>. Acessado em 11 de jun. de 2022.

BASSI, I. G. Perspectiva socioambiental no discurso jornalístico do site da Agência Amazônia Real. **REVES - Revista Relações Sociais**, 3(3), p. 0107-0121, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/revesv13iss3pp0107-0121>. Acessado em 02 de jul. 2021.

FROMM, E. **Ter ou ser?** 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LIMA, L. Terremoto atinge Guiana e tem reflexos em Boa Vista e Manaus. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/terremoto-atinge-guiana-e-tem-reflexos-em-boa-vista-e-manaus/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

LIMA, L.; FARIAS, E.. STF suspende ações do tombamento do Encontro das Águas. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/stf-suspende-acoes-do-tombamento-do-encontro-das-aguas/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

KAXINAWÁ, L.. Com Covid-19, Guerreiro Aruká Juma está internado em hospital de Humaitá. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/guerreiro-aruka-juma-luta-pela-vida-em-hospital-de-humaita/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

KAXINAWÁ, L.. Sesai diz que Aruká Juma tem melhora no quadro clínico da Covid-19. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/sesai-diz-que-aruka-juma-tem-melhora-no-quadro-clinico-da-covid-19/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

KAXINAWÁ, L.; BRASIL, K. Aruká Juma é transferido de ambulância para UTI em Porto Velho. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/aruka-juma-e-transferido-de-ambulancia-para-uti-em-porto-velho/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido. Teoría y práctica**. Barcelona-Buenos Aires- Mexico: Ediciones Paidós, 1990.

MONTEL, A. L. Morte de crianças com suspeita de Covid-19 revela abandono dos Yanomami. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/morte-de-criancas-com-suspeita-de-covid-19-revela-abandono-dos-yanomami/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

NETO, C. P. Caos na pandemia: Indígenas viram alvo de fake news antivacina. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-indigenas-vm-alvo-de-fake-news-antivacina/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

_____. Indígenas isolados que vivem no Peru se refugiam no Brasil. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/os-isolados-mashco-piro/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

_____. Morre Fernando Katukina, liderança indígena no Acre. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/fernando-katukina-lideranca/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

RIBEIRO, M. F. “O Brasil todo é terra indígena, é pindorama. Temos que ser vacinados”, diz Vanuza Kaimbé. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-brasil-todo-e-terra-indigena-e-pindorama-temos-que-ser-vacinados-diz-vanuza-kaimbe/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

RIBEIRO, M. F.; NETO, C. P. Indígenas Juruna vivem em risco por megaempreendimentos na Amazônia. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/indigenas-juruna-vivem-em-risco-por-megaempreendimentos-na-amazonia/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

SECRETARIA DE SAÚDE. Casos confirmados de Covid-19 por data do diagnóstico. **Secretaria de Saúde do Amazonas**, 2021. Disponível em: <http://www.saude.am.gov.br/painel/fvscovid/pages/casos/monitoramento.php>. Acessado em 11 de jul. de 2022.

SCHMIDT, S. Imunização de indígenas tem muitas fotos para poucas vacinas. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/imunizacao-de-indigenas/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

_____. Reintegração expulsa à força 14 famílias em Boca do Acre, no sul do Amazonas. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/reintegracao-expulsa-a-forca-14-familias-em-boca-do-acre-no-sul-do-amazonas/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

SCHMIDT, S.; FARIAS, E.; BRASIL, I. Caos na pandemia: governo Bolsonaro vai deixar ao menos 380 mil indígenas fora da primeira etapa de imunização. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-governo-bolsonaro-vai-deixar-ao-menos-380-mil-indigenas-fora-da-primeira-etapa-de-imunizacao/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011.

ZANOTTO, J. Três acusados do assassinato de Nazildo dos Santos seguem soltos. **Agência Amazônia Real**. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/tres-acusados-do-assassinato-de-nazildo-dos-santos-seguem-soltos/>. Acessado em 02 de jul. de 2021.